

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LEONEL MARIANO DA SILVA JÚNIOR

INCURSÃO ANFÍBIA COM EMPREGO DE UNIDADES DE INFANTARIA:

Uma opção ainda válida?

Rio de Janeiro

2013

CC (FN) LEONEL MARIANO DA SILVA JÚNIOR

INCURSÃO ANFÍBIA COM EMPREGO DE UNIDADES DE INFANTARIA:

Uma opção ainda válida?

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC FERNANDO ROBERTO DOS SANTOS

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2013

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Leonel (*in memorian*) e Arlete, pelo exemplo dado e constante apoio à minha formação humana e profissional.

A minhas filhas, Catarina e Isabela, minhas fontes diárias de inspiração.

Ao CMG (FN-RM1) José Claudio da Costa **Oliveira**, grande mestre, pelos ensinamentos e orientações que me foram de inestimável utilidade.

Ao CMG (FN) **Renato** Rangel Ferreira e ao Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, pelo valioso apoio na obtenção de referências bibliográficas.

Ao CMG (RM1) **Leonardo** Faria de **Mattos**, por uma ideia de grande valor para este trabalho.

Ao CF (FN) José **Emílio** de Oliveira Rodrigues, profundo conhecedor de operações anfíbias, pelo imenso apoio, tanto indicando ou fornecendo possíveis fontes de referência, como tecendo importantes considerações para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao CC **Fernando Roberto** dos Santos, pelas orientações extremamente profissionais, que foram grande apoio para a concretização deste estudo.

RESUMO

A realização de uma incursão anfíbia é uma das maneiras de um Comandante Operacional projetar poder sobre terra em um litoral hostil, em situações que demandem apenas a presença temporária de uma força de fuzileiros navais em terra, para atender às necessidades emanadas dos níveis político ou estratégico. A partir da 2ª Guerra Mundial, quando a doutrina para as incursões anfíbias iniciou o seu desenvolvimento para a forma como hoje se apresenta, as Forças de Incurção foram nucleadas em unidades de natureza de operações especiais ou de infantaria. Um levantamento dos exemplos históricos de incursões anfíbias, realizadas desde então, aponta relativo equilíbrio entre o total de ocorrência de cada um dos tipos. Entretanto, no Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, considera-se que normalmente as unidades que nucleiam essas Forças serão de infantaria. Quanto a este tipo, a Operação *Archery*, realizada por forças britânicas em Vaagso, na Noruega, durante a 2ª Guerra Mundial, é considerada um clássico exemplo. A pesquisa documental e bibliográfica, seguida de análise dos textos pelo método comparativo, possibilita a análise do arcabouço doutrinário das incursões anfíbias e, com base nos ensinamentos da Operação *Archery*, particularmente quanto aos aspectos determinantes para que fosse realizada com unidades de infantaria, apontar os possíveis empregos desse tipo de incursão anfíbia, atualmente e no futuro. As atuais preocupações quanto a ações de pirataria e terrorismo no continente africano e as orientações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, ambas emanadas do governo brasileiro, aliadas à constatação de que os Estados Unidos da América, maior potência naval atual, apresentam orientações similares, aliam-se a esse levantamento, ressaltando a importância da manutenção dessa capacidade pelo poder naval brasileiro.

Palavras-chave: fuzileiros navais, incursão anfíbia, infantaria, operações especiais, Vaagso, Operação *Archery*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Incurções anfíbias ocorridas a partir da 2ª Guerra Mundial.....	21
Figura 1 – Operações <i>Archery</i> e <i>Anklet</i>	45
Figura 2 – Operação <i>Archery</i>	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2ª GM –	Segunda Guerra Mundial
AOp –	Área de Operações
AssAnf –	Assalto Anfíbio
CCT –	Componente de Combate Terrestre
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil
DBM –	Doutrina Básica da Marinha
ED –	Embarcação de Desembarque
ENC –	Evacuação de Não-Combatentes
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Forças Armadas
FIG –	Figura
FN –	Fuzileiro Naval
ForInc –	Força de Incursão
ForTarAnf –	Força-Tarefa Anfíbia
GptFunc –	Grupamento Funcional
GptOpFuzNav –	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
ICMC –	Início do Crepúsculo Matutino Civil
ICMN –	Início do Crepúsculo Matutino Náutico
IncAnf –	Incursão Anfíbia
Inf –	Infantaria
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MNT –	Movimento Navio-para-Terra
NBQR –	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
ONU –	Organização das Nações Unidas
OpAnf –	Operação Anfíbia
OpENC –	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
OpEsp –	Operações Especiais
PDbq –	Praia de Desembarque
TAB –	Tabela
TO –	Teatro de Operações
USMC –	Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DA INCURSÃO ANFÍBIA	9
2.1	Propósitos	10
2.2	Organização da Força de Incurção	12
2.3	Tipos	13
3	INCURSÕES ANFÍBIAS A PARTIR DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	16
4	A OPERAÇÃO <i>ARCHERY</i>	23
5	O PRESENTE E O FUTURO DAS INCURSÕES ANFÍBIAS	33
6	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	42
	ANEXO	45

1 INTRODUÇÃO

Na condução de uma campanha ou operação, um Comandante Operacional deverá valer-se de ações navais, aéreas e terrestres para cumprir sua missão. Particularmente, caso esse Comandante visualize a necessidade ou possibilidade de projetar poder sobre terra a partir do mar, uma das operações navais a serem empregadas é a operação anfíbia (OpAnf).

As OpAnf podem ser de quatro modalidades. Uma delas é a incursão anfíbia (IncAnf), que compreende um movimento para terra de uma Força de Incurção (ForInc) proveniente dos navios da Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), o desencadeamento das ações para se cumprirem as tarefas determinadas à ForInc e uma retirada planejada desta Força para os navios da ForTarAnf. As IncAnf podem ser realizadas com diversos propósitos, todos atinentes à projeção de poder naval por uma Força que apenas temporariamente permanece em terra.

A doutrina para as IncAnf, da forma como hoje se apresenta, começou a se desenvolver na Segunda Guerra Mundial (2ª GM) (1939-1945). Desde então, essa modalidade de OpAnf marcou-se, em suas ocorrências históricas, pela distinção em dois tipos, conforme a natureza das unidades que nucleavam a ForInc: de infantaria (Inf)¹ ou de operações especiais (OpEsp)². No Brasil, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) considera, em sua doutrina atual, que normalmente essas operações serão nucleadas por unidades de Inf, o que indica a necessidade de um aprofundamento no assunto.

-
- 1 Tropa de combate básica dos fuzileiros navais. Sua técnica consiste, inicialmente, na progressão da tropa, buscando o contato com o inimigo, sob proteção e apoio de uma base de fogos. Sua ação de choque variará desde o assalto realizado pelo combatente a pé, com fogos potentes a curta distância, empregando o combate corpo-a-corpo e apoiado por fogos, até a utilização de elementos blindados em apoio (BRASIL, 2013a).
 - 2 Unidades compostas por pessoal especialmente selecionado e adestrado, empregando meios não convencionais e executando ações também não convencionais, para destruir ou danificar objetivos específicos, capturar ou resgatar pessoal ou material, coletar dados, despistar e produzir efeitos psicológicos. Normalmente realizam ações de duração limitada e, geralmente, exploram a surpresa, rapidez e ação de choque, o que lhes proporciona relevante impacto físico e psicológico sobre o inimigo (BRASIL, 2013a).

Este estudo tem o propósito de analisar, com base em ocorrências históricas, se a doutrina atual do CFN é apropriada ao dar prioridade para o emprego de unidades de Inf nucleando uma ForInc. Para tanto, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, seguida de análise dos textos pelo método comparativo. Sua relevância apresenta-se na contribuição que poderá fornecer à busca por maior eficiência no preparo, pela MB, dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), para o emprego em nível operacional.

A estrutura deste trabalho é composta de seis capítulos. No próximo, serão abordados os aspectos doutrinários, do Ministério da Defesa (MD) e da Marinha do Brasil (MB), quanto aos possíveis propósitos para a realização de uma IncAnf, organização da ForInc e os tipos em que, conforme já foi mencionado, essa operação pode ser classificada.

No terceiro capítulo, será apresentada a evolução histórica das IncAnf a partir da 2ª GM, momento que marcou o início do desenvolvimento da doutrina para essas operações, verificando-se qual dos tipos de IncAnf foi empregado em cada operação realizada.

Posteriormente, no quarto capítulo, descreve-se o emprego de uma ForInc, nucleada em unidade de Inf, na realização de IncAnf. O exemplo apresentado é a Operação “Archery”, realizada por forças britânicas na Noruega ocupada por forças alemãs, em dezembro de 1941.

Já no quinto capítulo, serão identificadas, à luz dos ensinamentos obtidos do exemplo histórico e das demandas que, nos dias atuais, poderiam levar à realização de uma IncAnf, particularmente no contexto das Forças Armadas (FA) do Brasil, quais as principais vantagens, atualmente e no futuro, do emprego de um GptOpFuzNav, nucleado em unidade de Inf, na realização dessa modalidade de OpAnf.

Ao final do trabalho, apresenta-se uma conclusão com a síntese das principais constatações do estudo.

2 ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DA INCURSÃO ANFÍBIA

Para o emprego das FA do Brasil, serão ativados Comandos Operacionais, que desenvolverão planejamentos para campanhas ou operações, a fim de atender às necessidades emanadas pelos níveis de decisão político e estratégico³. Um Comandante de Teatro de Operações (TO) ou de Área de Operações (AOp)⁴, por sua vez, em sua ideia de manobra, sincronizará ações navais, aéreas ou terrestres para alcançar os objetivos estratégicos e operacionais (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, as OpAnf encontram-se dentre as operações de guerra naval que podem ser realizadas. A Doutrina Básica da Marinha (DBM) define OpAnf como operações militares lançadas do mar, normalmente a partir dos navios da ForTarAnf, sobre litoral hostil ou potencialmente hostil, comportando quatro modalidades: o assalto, a incursão, a demonstração e a retirada anfíbia (BRASIL, 2004).

Quanto à IncAnf, a mesma publicação estabelece:

A incursão anfíbia compreende uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada. Esta modalidade não se caracteriza pelo emprego de forças de menor vulto, nem pela duração da operação, mas sim pelo fato de haver uma retirada planejada (BRASIL, 2004, p. 4-6).

A seguir, serão apresentados os propósitos para a realização de uma IncAnf, os aspectos relevantes quanto à organização de uma ForInc e os tipos em que se pode classificar a IncAnf, quanto à natureza da tropa que a realiza.

-
- 3 O nível político estabelece os objetivos políticos do emprego das FA, orientando e conduzindo o processo global da conquista ou da manutenção desses objetivos. É representado pelo Presidente da República, com o Conselho de Defesa Nacional como órgão consultivo. Já o nível estratégico transforma essas diretrizes políticas em ações voltadas para os ambientes externo e interno, a serem desenvolvidas, setorialmente, pelos diversos ministérios, de maneira coordenada com as ações da expressão militar (BRASIL, 2011).
 - 4 Comandos Operacionais ativados caso haja necessidade do emprego das Forças Armadas. Um TO e uma AOp são espaços geográficos necessários à condução das operações militares para o cumprimento de determinada missão, sendo o primeiro, por definição, mais complexo e de maior vulto (incluindo subdivisões) do que a segunda (BRASIL, 2011).

2.1 Propósitos

Segundo a DBM, a IncAnf pode ter como propósitos: destruir ou neutralizar objetivos; obter informações; executar operações de despistamento; e capturar, evacuar ou resgatar⁵ pessoal e material” (BRASIL, 2004). O Manual de OpAnf dos GptOpFuzNav cita ainda, como propósitos das IncAnf: inquietar o inimigo; elevar o moral da tropa (propósito psicológico); e apoiar forças amigas (BRASIL, 2008a).

Portanto, um Comandante de TO ou de AOp poderá determinar a realização de uma ou mais IncAnf, caso visualize, para a condução de uma campanha ou operação, a necessidade de ações de destruição, neutralização, evacuação, captura, resgate, reconhecimento ou despistamento, sobre objetivos em terra em um litoral hostil ou potencialmente hostil, em situações que demandem apenas a presença temporária de uma força em terra. Tais objetivos em terra poderão ser os próprios objetivos estratégicos ou operacionais, ou então estar relacionados a necessidades políticas, estratégicas ou operacionais de elevar o moral das próprias forças, inquietar as do inimigo ou apoiar outras operações em andamento.

No caso de realização de IncAnf com o propósito de evacuação de pessoal, há uma observação a ser feita quanto às operações de evacuação de não-combatentes (OpENC). Pelo Manual de OpENC do MD, não-combatente é uma expressão que abrange civis e militares, incluídos pessoal militar não essencial, brasileiros, nacionais selecionados do país anfitrião e nacionais de terceiros países, cujas vidas estejam em perigo, que serão evacuados,

5 Resgate é a recuperação, em situação emergencial, de pessoal que por qualquer razão esteja retido em área ou instalação hostil ou sob controle do inimigo. Já a evacuação é a remoção de pessoal, por autoridade militar, do local onde se encontra, em benefício da própria segurança ou de necessidades militares (BRASIL, 2007a). Portanto, a diferença básica entre ambos é a liberdade relativa de movimento que o pessoal evacuado possui, diferentemente do pessoal a ser resgatado, que se encontra na condição de refém.

no desenvolvimento de uma evacuação de não-combatentes (ENC), de seus locais no país anfitrião para um local de destino seguro. Sendo assim, uma OpENC envolverá a entrada de uma força no território do país anfitrião, ocupação temporária de objetivos que assegurem segurança para a realização de uma retirada planejada de não combatentes, seguida da retirada planejada da própria força. Essa força deverá estar preparada para mudanças rápidas no ambiente da operação, que pode passar de permissivo para incerto ou hostil⁶, conforme a evolução da crise que gerou a OpENC (BRASIL, 2013b).

Assim sendo, à luz do estabelecido pelo MD, uma IncAnf, com propósito de ENC, poderia ser considerada uma OpENC.

Já a DBM assim se refere às OpENC:

Uma das operações em tempo de paz é a *Evacuação* ou o *Resgate de não combatentes*. [...] As operações podem ser conduzidas em dois tipos de ambiente operacional, o *permissivo* e o *hostil*. No primeiro caso, a ênfase concentra-se nas ações logísticas e na intensa participação dos canais diplomáticos, onde não são visualizadas resistências à sua execução. O segundo, de caráter prioritariamente tático, impõe o uso da força, constituindo-se, normalmente, de uma *incursão rápida* da tropa, seguida de uma *ocupação temporária* do objetivo, encerrando-se com uma *retirada planejada*, podendo ser empregado qualquer tipo de operação militar. Mesmo se as condições sugerirem uma evacuação sem oposição, a tropa deve, sempre, estar preparada para encontrar algum tipo de reação adversa. Esta operação também pode ser conduzida em caso de grandes catástrofes naturais (BRASIL, 2004, p. 6-1 e 6-2, grifo nosso).

Logo, para a MB, a diferença básica entre as IncAnf realizadas com propósito de evacuação e as OpENC é que aquelas são operações de guerra naval, enquanto estas são realizadas em tempo de paz. Ambas envolvem a retirada planejada das forças que as executam, apresentando, em termos táticos, certa similaridade na execução, principalmente quando se consideram as OpENC realizadas em ambiente operacional hostil, conforme descrito pela DBM. Pode-se supor, até mesmo, que uma operação tenha o seu planejamento

6 No ambiente permissivo, não é esperada resistência às operações de evacuação. No incerto, as FA do país anfitrião, receptivas ou não à OpENC, não detêm o controle efetivo do território e da população na região da operação. No ambiente hostil, o governo do país anfitrião adotou postura hostil, pondo em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele território, ou perdeu o controle da situação (BRASIL, 2013b).

iniciado como OpENC e, depois, no caso de o litoral passar a ser considerado hostil ou potencialmente hostil, passe a ser tratada como uma IncAnf. O inverso também poderia ocorrer.

2.2 Organização da Força de Incursão

Um dos “eixos estruturantes” do CFN é a organização de suas forças, prioritariamente, sob a forma de GptOpFuzNav, uma organização para o combate constituída para o cumprimento de missão específica, reunindo os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades. Com isso, em uma IncAnf, a ForInc deverá ser subdividida em componentes, a saber: Componente de Comando, de Combate Terrestre (CCT), de Combate Aéreo e de Apoio de Serviços ao Combate (BRASIL, 2013a).

Por sua vez, o CCT de uma ForInc deverá ser subdividido em grupamentos funcionais (GptFunc) para o cumprimento de suas tarefas (GptFunc de Assalto, de Cobertura, de Reconhecimento e Segurança, e Reserva). Os GptFunc de Assalto executarão as tarefas precípua da ForInc. Os GptFunc de Cobertura proverão proteção aos de Assalto, inclusive durante a retirada, podendo, para tanto, conquistar objetivos em terra, neutralizar forças inimigas ou estabelecer Posições de Bloqueio que impeçam ou dificultem a penetração de reforços inimigos, na área de operações da ForInc. Os GptFunc de Reconhecimento e Segurança realizarão o levantamento de dados e ações de vigilância necessários, enquanto o GptFunc Reserva ficará em condições de realizar as tarefas dos demais, podendo permanecer a bordo dos navios da ForTarAnf, caso a situação permita (BRASIL, 2008a).

Conforme apresentado, a IncAnf compreende uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada. Esta última é a principal diferença quanto ao assalto anfíbio (AssAnf), que visa ao firme estabelecimento

de uma Força de Desembarque em terra, para conquistar área para o desencadeamento posterior de ofensiva terrestre, negar o uso de áreas ou de instalações ao inimigo, ou conquistar uma área para o estabelecimento de base avançada (BRASIL, 2008a).

Portanto, a necessidade de uma retirada planejada deve nortear o planejamento de uma IncAnf e faz com que, nessa operação, nem todos os Componentes do GptOpFuzNav efetivamente atuem em terra: a princípio, somente o CCT o fará, para cumprir as tarefas da ForInc, enquanto que os demais só desembarcarão caso necessário.

2.3 Tipos

De acordo com Till (2007), em geral os dois tipos de unidades requeridos para a realização de “operações expedicionárias”⁷ são os de OpEsp e os de Inf leve⁸. Segundo o autor, essa natureza da tropa determina como será a inserção e a extração da força, sendo aspecto central para o desenvolvimento dessas operações.

Em IncAnf nucleadas por unidades de OpEsp, além da retirada planejada, há outra diferença marcante em relação ao AssAnf: os elementos do CCT finalizam o movimento navio-para-terra (MNT), provenientes dos navios da ForTarAnf, não por meio de desembarques, e sim infiltrando-se em sigilo, por mergulho, embarcações pneumáticas, paraquedas ou outros meios especiais, normalmente um ou mais dias antes do desencadeamento de suas ações ofensivas, progredindo posteriormente também em sigilo até os objetivos. O desencadeamento das ações para cumprimento das tarefas da ForInc dá-se assim com grande surpresa e poder de fogo sobre o inimigo, permitindo que tropas com efetivos reduzidos

7 “Operações que podem iniciar-se em pouco período de tempo, integradas por forças deslocadas antecipadamente ou com deslocamento rápido, autossustentáveis, configuradas para atingir objetivos claramente definidos em um país estrangeiro” (TILL, 2007, p. 297, tradução nossa).

8 Till (2007) cita, como exemplos de Inf leve, as unidades dos fuzileiros navais e as dos exércitos transportadas por meios aéreos, paraquedistas ou não.

obtenham sucesso (BRASIL, 2008a, 2013a).

Já nas IncAnf nucleadas por unidades de Inf, o CCT finaliza o MNT da mesma maneira que em um AssAnf: desembarcando, por embarcações de desembarque (ED), carros-lagarta anfíbios ou helicópteros, em Praias de Desembarque (PDbq), Zonas de Desembarque ou Locais de Pouso de Helicópteros, que poderão ou não estar defendidos pelo inimigo, e progride no terreno para realizar suas tarefas por meio de ações de Inf. Este tipo de IncAnf poderá envolver também ações de OpEsp, realizadas em conjunto com as de Inf (BRASIL, 2008a).

Conclui-se assim que, na realização de IncAnf, o emprego de unidades de OpEsp ou de Inf configurará duas ideias de manobra bem distintas, diferentes quanto à forma como o CCT finaliza o MNT e executa suas tarefas.

Deve ser ressaltado que a clara distinção entre unidades de OpEsp e de Inf, verificada atualmente no CFN, pode não ser encontrada nas unidades de fuzileiros navais de outros países. Na 2ª GM, tropas britânicas e norte-americanas chamadas, respectivamente, de *commandos* e *raiders*⁹, realizaram ações dos dois tipos. Em particular, o termo *commandos*, que no Brasil atualmente é utilizado por tropas de OpEsp¹⁰, até hoje é usado para se referir aos fuzileiros navais britânicos. As unidades britânicas criadas na 2ª GM deram origem ao que atualmente é a 3ª Brigada de *Marines Commandos*, a cargo de todo tipo de OpAnf que seja

9 Tropa criada pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC), em 1941, para atuar, como os *commandos* britânicos na Europa e África, contra alvos japoneses no TO do Pacífico. Porém, tal designação deixou de existir em 1943, com a mudança no desenrolar do conflito, que, a partir do início da ofensiva dos EUA, envolveu uma grande série de AssAnf, o que demandava que os *raiders* executassem as mesmas tarefas dos demais fuzileiros navais. Aliou-se a esse fato a resistência institucional, da maioria do USMC, à existência de uma “força de elite” em suas fileiras, que já seriam por si só composta pela elite das Forças dos EUA (HOFFMAN, 1995).

10 De acordo com o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007), o termo comandos significa: “Tropa permanente adestrada e altamente qualificada a operar sob circunstâncias e ambientes impróprios ou contraindicados ao emprego de outros elementos das forças regulares, que realiza ações de surpresa, em pequenos grupos, mediante rápidas incursões, estando apta a cumprir uma ampla variedade de missões ou tarefas táticas ou estratégicas”. De acordo com o Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais (BRASIL, 2013a), o termo “ação de comandos” é empregado para as unidades de OpEsp que realizam ações diretas sobre o inimigo, em contraposição às unidades de OpEsp empregadas em reconhecimento.

executada por aquela Marinha, participando desde o desembarque na Normandia, na 2ª GM, até o assalto anfíbio em Al Faw, no Iraque, durante a 2ª Guerra do Golfo, em 2003. Após a 2ª GM, as unidades de *commandos* compostas por militares do exército britânico foram desativadas, ficando, a partir daí, a participação em OpAnf restrita à 3ª Brigada de *Marines Commandos* (REINO UNIDO, 2013).

Para Till (2007), o emprego moderno da projeção de poder naval sobre terra se iniciou na 2ª GM. Neste momento, a doutrina para as OpAnf, uma das formas dessa projeção, começou a se desenvolver para a forma como hoje se apresenta.

Faz-se necessária então a contextualização das ocorrências de IncAnf a partir de tal conflito, classificando as ocorridas em um dos dois tipos apresentados neste capítulo, a fim de permitir um posterior estudo comparativo sobre a validade atual dessa modalidade de OpAnf, quando realizada por tropa de Inf, em apoio à ideia de manobra de um Comandante de TO ou de AOp, particularmente no contexto brasileiro.

3 INCURSÕES ANFÍBIAS A PARTIR DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 4 de junho de 1940, durante a 2ª GM, encerrava-se a retirada da Força Expedicionária Britânica de Dunquerque, na França, após a ofensiva alemã que culminou com a conquista da França e da Bélgica. Alguns dias antes desse evento, o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill (1874-1965), empenhado em manter elevado o moral britânico e em buscar a iniciativa no conflito, enviara um memorando ao Chefe dos Estados-Maiores das Forças Armadas daquele país, para que envidassem seus esforços para manter um “reino de terror” sobre as forças alemãs nos territórios ocupados na Europa (FORD, 2011).

Com base na solicitação de Churchill, o Tenente-Coronel do exército britânico Dudley Clarke (1899-1974), Assistente do Chefe do Estado-Maior Geral do Império, criou um plano que buscava adaptar para a situação da época as táticas que os espanhóis desenvolveram contra os franceses durante as guerras napoleônicas (1803-1815), em que lançavam ataques de surpresa, atrás das linhas inimigas, com pequenos grupos de soldados irregulares: as guerrilhas. Tais táticas também haviam causado grandes perdas aos britânicos, quando utilizadas pelos colonos holandeses, durante a guerra dos bôeres de 1899-1902, na África do Sul, e por rebeldes árabes na Palestina ocupada pelos britânicos, em 1936. Seu plano consistia em lançar, no continente europeu ocupado pelos alemães, ataques de surpresa contra forças ou instalações inimigas, com o propósito de fazer os germânicos desviarem forças de outros TO para proteger as costas europeias. Em 8 de junho, o plano foi aprovado por Churchill (YOUNG, 1975).

Desta forma, seriam realizadas ações sobre objetivos no continente europeu, a fim de se atingirem dois propósitos mais amplos: um político (elevar o moral das forças britânicas) e um estratégico (apoiar operações em outros TO, com o desvio de tropas alemãs).

Conforme apresentado no segundo capítulo, tais propósitos estão consonantes com a doutrina para as IncAnf na MB.

Clarke, sul-africano de nascimento, deu então o nome de *Commandos* às novas unidades constituídas para tais ataques, com base no nome que os bôeres davam às suas unidades móveis, que enfrentaram os britânicos na África do Sul: *kommandos*¹¹. Na sua organização original, os comandos eram divididos em um Estado-Maior e dez tropas, cada uma com três oficiais e 47 praças. Essa organização diferia da padrão de um batalhão de infantaria, arma núcleo de onde saíram a maioria dos componentes dos comandos, mas era similar quanto ao efetivo de militares empregado. Em 1940, constituíram-se dez unidades de comandos, com voluntários de praticamente todas as unidades do Exército britânico; a partir de fevereiro de 1942, criaram-se outras cinco, com fuzileiros navais (YOUNG, 1975).

Em 24 de junho de 1940, dezesseis dias após a aprovação de Churchill, realizou-se a primeira incursão de comandos, em Boulogne, na França ocupada. Essa operação, bem como as realizadas no mês seguinte, em Guernsey (ilha britânica no Canal da Mancha), e em Bardia, na Líbia, em abril de 1941, ambas as regiões ocupadas pelos alemães, não teve bons resultados. Buscou-se nessas IncAnf realizar ações de OpEsp, com a infiltração em locais afastados das guarnições inimigas, mas erros no planejamento e na execução demonstraram a necessidade de as novas unidades melhor desenvolverem sua organização e adestramento (FORD, 2011; YOUNG, 1975).

Ainda em 1941, houve uma IncAnf de forças britânicas nas Ilhas Lofoten e uma de forças canadenses em Spitzbergen, ambas na Noruega ocupada pelos alemães. Essas IncAnf podem ser classificadas como de Inf, mas não contaram com oposição de vulto, o que contribuiu para a obtenção de resultados satisfatórios. Nelas, houve a destruição de

11 Palavra da língua africâner, dialeto utilizado pelos colonos holandeses na África do Sul, que significa “unidade militar” (HERNÁNDEZ, 2012).

instalações industriais e a evacuação de civis noruegueses voluntários a ingressar no “Exército Livre Norueguês” no exílio (FORD, 2011).

A primeira IncAnf de Inf desse conflito, com efetiva oposição, foi a lançada pelos britânicos em Vaagso, também na Noruega, em dezembro desse ano, com resultados considerados altamente satisfatórios. Além de proporcionar a destruição da guarnição local, instalações industriais e navios alemães, a evacuação de voluntários noruegueses para o combate no exílio e a captura de material sigiloso e prisioneiros de guerra alemães, essa operação efetivamente serviu como diversão estratégica, desviando tropas alemãs de outros TO para a defesa da Noruega, e foi utilizada como fonte de ensinamentos para as IncAnf e AssAnf que a seguiram (FORD, 2011; YOUNG, 1975).

Ainda na 2ª GM, em novembro de 1941, houve uma IncAnf de OpEsp realizada pelos britânicos, em Beda Littoria, na Líbia, contra o comando alemão na região¹², extremamente mal-sucedida: de cinquenta e três militares que se infiltraram, somente dois sobreviveram. Seguiram-se a essa operação, em 1942, diversas IncAnf de OpEsp bem-sucedidas, realizadas pelos britânicos contra objetivos na Europa ocupada pela Alemanha: em St-Nazaire¹³, Boulogne, Cabo Barfleur e St-Honoré (França), em Casquet e em Sark (Ilhas do Canal da Mancha), e em Glamfjord (Noruega) (YOUNG, 1975; HERNÁNDEZ, 2012).

Já a maior em vulto das IncAnf da 2ª GM (de Inf) foi realizada por canadenses e britânicos em Dieppe, na França ocupada, em agosto de 1942. Planejada para desembarcar cerca de 6.000 homens, essa operação mostrou-se inadequadamente planejada e baseada em

12 Sua tarefa era matar ou capturar o líder das forças alemãs na Líbia, General Erwin Rommel (1891-1944), mas as informações foram inadequadas: a instalação atacada era, na verdade, o Quartel-General dos serviços de abastecimento alemão e italiano, e Rommel não a frequentava (YOUNG, 1975).

13 Considerada a “maior de todas as incursões” (YOUNG, 1975, p. 92), não pelo vulto, mas pela audácia nas ações e pelos resultados obtidos. Nela, 622 *commandos* chegaram ao porto por meio de um contratorpedeiro antigo da Marinha dos EUA (*Campdeltown*), que simulava ser um navio alemão, destruíram as instalações, navios ancorados e o dique seco do porto de St-Nazaire, explodindo inclusive o *Campdeltown*, para que este encalhasse no porto. Ali havia o único dique seco capaz de reparar o então maior navio alemão, o encouraçado *Tirpitz*, que assim refugiou-se na Noruega até o reparo do dique, um ano e meio depois, quando a batalha do Atlântico já se encontrava decidida para o lado aliado (HERNÁNDEZ, 2012).

informações equivocadas, tendo sido considerada um fracasso extremamente custoso, somente não de todo infrutífero pelos ensinamentos que gerou sobre como não deveria ser um AssAnf sobre as praias defendidas pelos alemães na França ocupada (YOUNG, 1975).

No mesmo mês da operação em Dieppe, mas no TO do Pacífico, *raiders* dos EUA realizaram duas IncAnf de Inf bem-sucedida, nas ilhas de Butaritari e Makin (no então protetorado britânico das Ilhas Gilbert, hoje parte da República de Kiribati), ocupadas pelos japoneses. Essas IncAnf visavam à destruição das guarnições japonesas nas ilhas, e, em Makin, também à destruição de instalações, captura de prisioneiros, obtenção de dados e diversão estratégica em apoio à campanha que seria iniciada pelos norte-americanos na ilha de Guadalcanal (HOFFMAN, 1995).

Seguiram-se nesse TO, ainda em 1942, durante a campanha de Guadalcanal, IncAnf de OpEsp, para reconhecimento, realizadas por *raiders* em Savo e Tasimboko (Ilhas Salomão) (HOFFMAN, 1995).

Constatou-se, portanto, nesse conflito, a existência de três exemplos de IncAnf bem-sucedidas, com tropa de Inf, com efetiva oposição inimiga, que poderiam ser tomados como base para um estudo comparativo sobre essa operação: as ações desencadeadas em Vaagso, pelos britânicos, e em Butaritari e Makin, por forças norte-americanas.

Após a 2ª GM, dentre os conflitos marcados pela ocorrência de OpAnf, somente voltou a haver registro de IncAnf na Guerra do Vietnã (1965-1975). Em 1965, sete IncAnf de Inf foram realizadas pelos EUA, em Chu Lai, Batangan, Vung Mu, Ben Goi, Tam Quam, Lang Ke Ga e Phu Thu, no então Vietnã do Sul, a fim de capturar vietcongues e destruir suas bases. As duas primeiras, com efetivos norte-americanos de cerca de dois mil homens, duraram seis e três dias, respectivamente, e as demais, de menor vulto, apenas um ou dois dias. Apesar de ter havido mortos e prisioneiros entre os vietcongues, os mesmos, organizados

como forças de guerrilha¹⁴, retornavam às regiões após a retirada da ForInc. Essa série de IncAnf, como um todo, não foi considerada bem-sucedida, não obtendo ganhos relevantes de inteligência e de baixas inimigas para as forças norte-americanas (SHULIMSON; JOHNSON, 1978; MURPHY, 2003).

Portanto, as operações no Vietnã, apesar de serem classificadas como IncAnf de Inf, envolviam ações de busca e destruição de forças de guerrilha, o que fazia com que não houvesse ameaça significativa ao desembarque e à retirada da ForInc. Tal aspecto limitaria um eventual estudo comparativo a partir desses eventos.

Em 1979, mesmo sem conflito aberto entre EUA e Irã, houve uma IncAnf de OpEsp: elementos do USMC e do Exército norte-americano foram infiltrados por helicóptero, a partir do porta-aviões *Nimitz*, que operava no Mar da Arábia, para resgatar 65 cidadãos dos EUA feitos reféns em sua Embaixada em Teerã, capital do Irã. A missão foi abortada antes do resgate, devido à queda de um helicóptero no deserto iraniano (CHENOWETH; NIHART, 2005).

Na Guerra das Malvinas (1982), os britânicos realizaram uma IncAnf de OpEsp contra posições argentinas na Ilha de Pebbles, destruindo um campo de pouso, aeronaves e um radar, em apoio a um AssAnf, que ocorreria a seguir, na Baía de San Carlos (DUARTE, 1986).

Por fim, em 1991, na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), tropas dos EUA realizaram uma IncAnf de Inf na ilha kwaitiana de Umm Al-Maradim, ocupada por tropas iraquianas, que ali haviam estabelecido um radar e posto de escuta. Não houve oposição à ação norte-americana, tendo a ilha sido evacuada antecipadamente pelos iraquianos. Como resultados, houve a destruição de equipamentos e captura de material controlado, além de, como manobra diversionária, contribuir para a dúvida iraquiana sobre um eventual AssAnf norte-americano

14 Forças predominantemente locais que operam, em geral, nas áreas rurais, de um modo militar ou paramilitar, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação (BRASIL, 2007a).

no litoral do Kwait ocupado (PIKE, 2011).

Assim sendo, após o conflito no Vietnã, somente houve uma IncAnf de Inf, realizada sem oposição inimiga, o que também limitaria um eventual estudo comparativo.

Desta forma, a TAB. 1, a seguir, consolida, por conflito, as ocorrências de IncAnf a partir da 2ª GM, classificadas quanto à natureza da tropa que nucleou o CCT da ForInc:

TABELA 1
Incursões anfíbias ocorridas a partir da 2ª Guerra Mundial

CONFLITO	NATUREZA DA TROPA	
	Inf	OpEsp
2ª GM	6	13
Guerra do Vietnã	7	0
Crise EUA x Irã	0	1
Guerra das Malvinas	0	1
1ª Guerra do Golfo	1	0
TOTAL	14	15

Fonte: Autor.

Constata-se, pela TAB. 1, que há relativo equilíbrio quanto ao total de ocorrências dos dois tipos de IncAnf. Entretanto, o Manual de OpAnf dos GptOpFuzNav preconiza que as ForInc serão nucleadas, prioritariamente, em unidades de Inf (BRASIL, 2008a). Tal dissonância indica a necessidade de um aprofundamento no assunto, para interpretar se tal prioridade é apropriada.

A fim de se verificar, com base em exemplo real, em que condições um Comandante de TO ou de AOp poderá fazer melhor uso de uma IncAnf de Inf, faz-se mister analisar uma operação desse tipo, bem-sucedida e com efetiva oposição inimiga a todas as etapas da IncAnf, inclusive ao desembarque e à retirada planejada. Dentre as apresentadas neste estudo, as operações em Vaagso, Butaritari e Makin, na 2ª GM, são as únicas que reúnem essas condições. A IncAnf realizada por forças britânicas em Vaagso, cujo nome-

código era Operação *Archery*, foi, dessas três, a operação com maior quantidade de meios empregados, inclusive efetivos de tropa. Foi também lançada contra objetivos continentais, e não insulares, o que traz maior dificuldade à operação, pela necessidade de se proteger a ForInc contra reforços que venham por terra. Por essas razões, será abordada neste estudo.

4 A OPERAÇÃO *ARCHERY*

Com a invasão da União Soviética pela Alemanha, em junho de 1941, os soviéticos passaram a demandar dos britânicos que pressionassem os alemães pelo oeste, a fim de dividir suas forças, reduzindo o ímpeto alemão. Os britânicos combatiam contra os alemães no Mediterrâneo e no Oriente Médio, mas, quanto à Europa ocidental, não tinham ainda perspectivas realistas de invasão. Visualizaram então utilizar uma grande incursão para, pelo menos, lançar dúvidas em Berlim quanto à possibilidade de um desembarque na costa europeia, o que levaria ao emprego de tropas alemãs na defesa desse litoral (FORD, 2011).

Portanto, o objetivo estratégico era o mesmo do ano anterior, quando da criação das unidades de comandos (reduzir tropas alemãs de outros TO), reforçado pela pressão soviética.

Após analisar a costa europeia, desde a Noruega até a Alemanha, os planejadores britânicos decidiram-se pela pequena ilha de Vaagso, na Noruega, localizada no Mar do Norte, ao norte de Oslo (capital do país), devido a ser acessível a um desembarque anfíbio, ser guarnecida por tropa de efetivo apropriado à vitória das tropas britânicas e dispor de grande concentração de fábricas de óleo de fígado de bacalhau, vitais ao esforço de guerra alemão¹⁵ (FORD, 2011).

Decidiu-se realizar a incursão em Vaagso (Operação *Archery*) em paralelo a uma operação naval de interrupção do tráfego marítimo alemão no Mar do Norte, próximo às ilhas Lofoten, que visava cortar o fluxo de minério de ferro vindo do porto noruegês de Narvik (Operação *Anklet*) (FORD, 2011). A FIG. 1 apresenta a sequência de eventos e itinerários das Operações *Archery* e *Anklet*.

¹⁵ Grande fonte de vitamina A e D, esse óleo era essencial para as tripulações de submarinos alemães, que permaneciam longos períodos sem ver a luz do sol. Além disso, também era importante insumo na fabricação de explosivos (FORD, 2011).

Logo, enquanto o propósito estratégico da Operação *Archery* era reduzir os efetivos alemães empregados em combate na União Soviética e no Oriente Médio, seus propósitos táticos eram destruir a guarnição alemã e suas instalações, os navios mercantes e as fábricas de óleo de fígado de bacalhau localizadas junto ao porto de Vaagso do Sul¹⁶, evacuar voluntários noruegueses para a Grã-Bretanha, capturar livros-código, documentos e máquinas de criptografia alemães e colaboracionistas noruegueses (chamados *quislings*). Além disso, apoiaria, no nível operacional, a realização da Operação *Anklet*, dividindo os esforços dos navios e aeronaves alemães baseados na Noruega.

A data prevista para a incursão em Vaagso era 21 de dezembro de 1941 (FORD, 2011). Os Comandantes das Forças, nomeados no dia seis daquele mês, teriam, portanto, duas semanas para planejamento, ensaios, embarque e travessia para a área de operação.

Adiada pelas más condições meteorológicas durante os ensaios e a travessia, a operação *Archery* ocorreu somente no dia 27 de dezembro. A operação *Anklet* iniciou-se um dia antes, com um pequeno desembarque nas ilhas Lofoten (FORD, 2011).

Quanto às defesas alemãs, acreditava-se que eram compostas por uma guarnição de 150 soldados de infantaria (aproximadamente uma companhia), um carro de combate e cerca de 100 trabalhadores utilizados nas fábricas de óleo de fígado de bacalhau. Uma bateria de quatro canhões, posicionada na ilha de Maaloy, e outra de dois canhões, na ilha de Rugsund, protegiam a entrada do fiorde de Vaagso. Havia ainda uma bateria móvel de obuseiros de 105 mm em Halsor, no norte da ilha de Vaagso, protegendo a entrada norte para Ulvesund, onde os comboios alemães costumavam se formar e poderiam ser encontrados navios mercantes, incluindo traineiras armadas. Não havia navios de guerra alemães na área. Havia três aeródromos de onde as aeronaves de ataque alemãs poderiam alcançar Vaagso, em

¹⁶ Neste trabalho, foram adotados os nomes de localidades constantes do relatório britânico sobre a Operação *Archery* (EUA, 1942). Vaagso do Sul, atualmente, é o nome de uma parte da cidade norueguesa de Maaloy, e não o contrário, como será mencionado posteriormente (FORD, 2011).

Herdla, Stavanger e Trondheim, porém as provenientes dos dois últimos necessitariam de reabastecimento em Herdla (EUA, 1942; YOUNG, 1975; FORD, 2011).

O CCT da ForInc tinha um efetivo de 51 oficiais e 525 praças. Nucleado em elementos de infantaria, possuía também elementos de engenharia de combate¹⁷ (especializados em demolições com explosivos), de saúde, inteligência e comunicação social. Noruegueses exilados também compunham o efetivo, nas funções de guias e intérpretes (FORD, 2011; EUA, 1942). A força aérea britânica dispunha de dois aeródromos dentro do alcance para apoiar as ações em Vaagso: Sumburgh, nas Ilhas Shetland, e Wick, no norte da Escócia (FORD, 2011).

O CCT foi dividido em cinco Grupos, com os seguintes efetivos e tarefas, conforme apresentado na FIG. 2:

- Grupo 1, com cerca de 50 militares, para conquistar a área de Hollevik, onde havia uma posição de armas automáticas alemã, e posteriormente passar à reserva do Grupo 2;
- Grupo 2, com cerca de 200 militares, comandado pelo próprio Durnford-Slater, para conquistar Vaagso do Sul e destruir as fábricas e outras instalações alemãs na localidade;
- Grupo 3, com 105 militares, para conquistar a ilha de Maaloy, destruindo a bateria de canhões, fábricas e outras instalações alemãs na ilha;
- Grupo 4, com 65 militares, atuando como reserva embarcada, sob o controle direto do Comandante da ForInc; e
- Grupo 5, com cerca de 30 militares, para bloquear a estrada em Rodberg, ao norte de Vaagso do Sul, impedindo a aproximação de reforços alemães, particularmente a

17 Tropa especializada em realizar trabalhos visando proporcionar, primordialmente, a mobilidade, a contramobilidade e a proteção dos elementos de manobra (BRASIL, 2007). Dentre os trabalhos realizados em apoio à mobilidade, encontram-se a abertura de passagens em obstáculos e, dentre os afetos à contramobilidade, a realização de destruições, demolições e abertura de crateras (BRASIL, 2013a). Como esses trabalhos envolvem o emprego de explosivos, as unidades de engenharia de combate constituem-se, por dever do ofício, especialistas no assunto.

bateria móvel de obuseiros, vinda de Halsor (EUA, 1942; YOUNG, 1975).

Essa organização encontra reflexos na doutrina atual do CFN, na divisão do CCT em GptFunc, conforme descrito no segundo capítulo. Podemos concluir que os Grupos 2 e 3 atuaram como GptFunc de Assalto, pois realizariam a destruição de instalações e as outras tarefas da ForInc, em Vaagso do Sul e na ilha de Maaloy. Já os Grupos 1 e 5 realizaram tarefas de GptFunc de Cobertura, destruindo uma posição de armas automáticas e bloqueando a chegada de reforços inimigos, provendo proteção às ações dos Grupos 2 e 3. O Grupo 4, por sua vez, atuou como GptFunc de Reserva.

A ForTarAnf era composta do cruzador *Kenya* (capitânia) e quatro destróieres, que proveriam apoio de fogo naval, além de dois navios-transporte de tropas. Um submarino (*Tuna*) atuaria como “farol”, posicionando-se antecipadamente para guiar os demais navios, durante a escuridão, para a entrada do fiorde de Vaagso. Bombardeiros britânicos proveriam apoio ao desembarque, além de lançarem bombas de fumaça sobre as PDbq, para proteger as tropas do CCT da observação alemã (EUA, 1942; FORD, 2011).

A hora do desembarque (Hora-H) foi marcada para às 08:57h (hora local) de 27 de dezembro (EUA, 1942). Levantamento¹⁸ feito pelo autor indicou que, neste dia, o início do crepúsculo matutino náutico (ICMN)¹⁹ se daria às 07:43h, o do crepúsculo matutino civil (ICMC) às 08:49h e o nascer do sol ocorreria às 10:03h.

Às 07:39h, a ForTarAnf fez contato com o *Tuna* e, protegida pela escuridão e com práticos noruegueses, penetra no fiorde sem ser detectada. Às 08:42h, iniciou-se o movimento navio-para-terra das ED. Às 08:48h (H-9), iniciou-se o apoio de fogo naval e aéreo, sobre as

18 Levantamento feito para a cidade norueguesa de Trondheim, local mais próximo de Vaagso (e com latitude similar), cujos dados encontraram-se disponíveis. Fonte: www.sunrisesunset.com. Acesso em: 21 jul. 2013.

19 Denominam-se crepúsculos os períodos de iluminação solar antes do nascer (crepúsculo matutino) e depois do pôr do sol (crepúsculo vespertino). Durante os crepúsculos náuticos, a iluminação solar permite uma visibilidade de cerca de 400 m, o suficiente para os movimentos terrestres sem dificuldade. Durante os crepúsculos civis, há luz suficiente para que as atividades diurnas sejam executadas (BRASIL, 1989).

posições alemãs e as baterias de artilharia de costa. O principal objetivo do fogo naval foi a bateria de canhões na ilha de Maaloy. Para neutralizá-la, o cruzador *Kenya*, com canhões de 152 mm, e mais dois destróieres lançaram, em nove minutos, mais de 400 granadas sobre cerca de 250 metros quadrados. Às 08:56h (H-1), aeronaves *Hampdens* britânicas lançaram bombas de fumaça sobre as PDbq. Uma dessas bombas, proveniente de uma aeronave abatida por fogos antiaéreos alemães, caiu sobre uma ED, causando vinte baixas no Grupo 2. À Hora-H, as demais ED abicaram nas PDbq (EUA, 1942; FORD, 2011; HERNÁNDEZ, 2012).

No Brasil, o Manual de Planejamento dos GptOpFuzNav preconiza que, na seleção da Hora-H para um desembarque diurno, deve-se procurar reservar um período de luz, após o ICMN, para a preparação por fogos das PDbq e dos objetivos iniciais. Já a partir do ICMC, há iluminação natural para permitir observação do apoio de fogo (BRASIL, 2008b, 1989).

Portanto, verifica-se que a entrada da ForTarAnf no fiorde de Vaagso se deu antes do ICMN, com apoio do submarino “farol”, o que possibilitou a manutenção, o máximo possível, do sigilo das ações. O início dos fogos de preparação se deu entre o ICMN e o ICMC, e o desembarque se deu após o ICMC, mas antes do nascer do sol, contando ainda com apoio de bombas de fumaça. Tais aspectos permitiram a redução da visibilidade das tropas alemãs sobre a ForInc, no momento do desembarque. Conclui-se ainda que, quanto à seleção da Hora-H e da hora de início dos fogos de preparação, e sua relação com o ICMN e o ICMC, os aspectos observados nesta operação encontram reflexos na doutrina para as OpAnf do CFN.

Os Grupos do CCT iniciaram então o cumprimento de suas tarefas: às 09:20h, o Grupo 3 assumiu o controle da ilha de Maaloy e sinalizou para um destróier, transportando o Grupo 5, poder demandar o norte; o Grupo 3 recebeu então ordem para destruir a fábrica

Mortenes, ao norte de Maaloy, executando-a às 10:15h. Às 09:50h, o Grupo 1 cumpriu suas tarefas em Hollevik e passou à reserva do CCT (EUA, 1942).

O Grupo 2, entretanto, enfrentou difícil combate na localidade de Vaagso do Sul. Além das dificuldades inerentes às ações em área urbana, a guarnição alemã era maior do que o previsto (uma tropa de cerca de cinquenta homens, proveniente da frente oriental, onde combatia os soviéticos, encontrava-se na cidade em licença). Às 10:15h, o Grupo 4 (reserva embarcada) o reforçou. Às 10:20h, o Grupo 5 lançou crateras na estrada em Rodberg e capturou inimigos em fuga de Vaagso do Sul. Às 10:40h, devido às dificuldades no combate nessa localidade, os Grupos 1, 3 e 5 receberam ordem para reforçar o Grupo 2 (YOUNG, 1975; EUA, 1942; FORD, 2011).

Aeronaves alemãs, procedentes de Herdla, iniciaram o ataque aos britânicos às 10:05h. Tal ameaça poderia ser agravada com a vinda de aeronaves dos outros aeródromos na Noruega. A quantidade dessas aeronaves havia aumentado após o início da Operação *Anklet*, no dia anterior. O bombardeio pelos britânicos da pista de Herdla, às 12:00h, possibilitou o fim da operação em Vaagso com segurança (FORD, 2011).

Às 13:30h, com todo o efetivo do CCT empregado em Vaagso do Sul, o Grupo 2 informou o cumprimento de suas tarefas. Iniciou-se então o reembarque das tropas, concluído às 14:34h. Às 15:00h, os navios da ForTarAnf deixaram o fiorde (EUA, 1942).

A ForInc destruiu todas as instalações alemãs na região de Vaagso, cabos telefônicos, um carro de combate, quatro baterias de defesa de costa e uma antiaérea, tanques de óleo combustível, um depósito de munição, um farol, um gerador de energia, um depósito de minas terrestres e quatro fábricas de óleo de fígado de bacalhau. 150 soldados alemães foram mortos e 98 foram feitos prisioneiros de guerra. 71 noruegueses foram evacuados para se unir ao exército norueguês no exílio. Os navios britânicos afundaram dez navios mercantes

alemães, sendo que um estava artilhado e dotado de livros-códigos alemães utilizados nas costas francesa e norueguesa, que foram capturados intactos. Os britânicos tiveram dezenove militares mortos e 52 feridos, e houve um morto e cinco feridos entre os habitantes da localidade (EUA, 1942).

Podemos concluir que a quantidade de instalações destruídas (demandando grande quantidade de explosivos e especialistas em demolição), a forte defesa alemã na região e o fato de a operação requerer, em boa parte, combates em área urbana, foram fatores determinantes para que as ações da Operação *Archery* tenham sido de Inf. Uma tropa de OpEsp, com efetivo diminuto e sem o apoio logístico proporcionado pelos navios e embarcações da ForTarAnf, não cumpriria apropriadamente as tarefas realizadas. A existência da localidade também dificultaria sobremaneira as ações de OpEsp, após a infiltração.

Em relatório conjunto dos Comandantes da ForTarAnf e da ForInc, vários ensinamentos foram apontados. O tempo de três semanas para planejamento e execução da operação foi visto como sendo o mínimo requerido para um evento de tal vulto, bem como a realização de pelo menos dois ensaios, em área semelhante à da operação (EUA, 1942).

O Manual de OpAnf dos GptOpFuzNav (BRASIL, 2008a) preconiza também a necessidade de pelo menos dois “ensaios gerais”, em área semelhante à da operação. Verifica-se, assim, mais uma consonância entre os ensinamentos advindos desta operação e a doutrina atual do CFN para as IncAnf.

No relatório conjunto, foi verificado também que as dificuldades de se combater em área urbana, aliadas à limitação imposta de não se causarem danos excessivos às propriedades norueguesas, fizeram com que as ações em Vaagso do Sul durassem mais tempo que o previsto, impondo-se inclusive a necessidade de destruição da pista em Herdla para se evitar o reforço de aeronaves alemãs. Esse relatório foi publicado pelo Departamento da

Guerra dos EUA, em 1942, com orientação para ser disseminado a todos os oficiais em combate (EUA, 1942). Seus ensinamentos foram base para a série de OpAnf que viriam a seguir na 2ª GM, tanto no Atlântico como no Pacífico (EUA, 1942; FORD, 2011).

Um aspecto não mencionado no relatório, mas que pôde ser observado na Operação, foi a necessidade do levantamento o mais detalhado possível sobre a situação militar do inimigo, a fim de que se possa determinar o efetivo que desembarcará para o cumprimento das tarefas da ForInc. Esse efetivo deverá ser o mínimo possível, considerando a necessidade de retirada posterior, mas deverá ter um vulto que permita o cumprimento das tarefas dessa Força, antes da chegada de reforços que inviabilizem esse cumprimento.

A Operação *Archery* deixou um saldo extremamente positivo para as forças britânicas. O Brigadeiro reformado do exército britânico Peter Young, que participou da operação como Capitão (comandava o Grupo 4), e nas décadas de 1950/60 chefiou o Departamento de História Militar da Real Academia Militar de Sandhurst, assim se refere a ela:

Vaagso foi um pequeno clássico da guerra anfíbia, uma incursão que, a despeito dos múltiplos acidentes inseparáveis da guerra, saiu conforme os planos, porquanto todos os grupos em que a força foi dividida cumpriram as tarefas que lhes foram atribuídas (YOUNG, 1975, p. 56).

Entretanto, o mesmo não se pôde dizer da Operação *Anklet*: ao invés de ter permanecido por três semanas, como planejado, a Força-Tarefa a cargo dessa operação deixou sua área de operações após apenas dois dias de operação, devido à oposição das aeronaves alemãs, o que foi julgado como uma grande falha pelo Primeiro-Ministro Churchill (FORD, 2011).

O líder alemão Adolf Hitler (1889-1945), ao ser informado do ataque a Vaagso, determinou o envio imediato de mais doze mil homens para reforçar as defesas na Noruega (YOUNG, 1975). Interpretando que a série de IncAnf que culminara em Vaagso era um

ensaio para um AssAnf britânico no país nórdico, Hitler declarou a seus ministros, em janeiro de 1942, “sua convicção de que a Noruega era a zona do destino da guerra e que portanto exigia obediência incondicional às suas decisões sobre a defesa dessa área” (ROSKILL, 1956, p. 100, tradução nossa).

Posteriormente, foram desviados pelos alemães, de outros TO, uma divisão blindada e novas baterias costeiras, além de posicionados, para defesa do litoral norueguês, todos os meios navais possíveis. Tal processo de reforço das defesas alemãs na Noruega não seria interrompido até 1944, com o desembarque aliado na Normandia, quando o efetivo alemão na Noruega era de 372 mil homens, boa parte dos quais provavelmente teria tido melhor emprego na frente russa ou francesa. A Noruega foi libertada do domínio alemão em 1945, sem nenhum novo combate de vulto desde os eventos de Vaagso (HERNÁNDEZ, 2012; FORD, 2011).

Para Corbett (1911), as guerras não são decididas no mar, e sim em terra, onde as pessoas vivem. Para tanto, o poder naval deve ser empregado em conjunto com o poder terrestre e, assim sendo, na concepção desse autor, a projeção do poder naval se torna a maior justificativa para a existência das esquadras. Essa projeção atua, frequentemente, apenas como “facilitadora”, provendo as condições para as forças terrestres e aéreas vencerem a guerra (TILL, 2007).

A Operação *Archery* serve, portanto, como exemplo de uma OpAnf facilitadora para outras ações, que levaram à vitória na 2ª GM, sendo um exemplo de diversão estratégica bem-sucedida, pois contribuiu para a diminuição da capacidade defensiva alemã nos TO em que o conflito se decidiu. Pode-se supor que a realização de uma IncAnf de Inf, com desembarque de tropas similar ao de um AssAnf, contribuiu para a convicção de Hitler, divulgada a seus subordinados apenas um mês após a operação, de que a Noruega seria

decisiva para a 2ª GM.

Conforme visto no terceiro capítulo, após a 2ª GM, o único exemplo de uma IncAnf que serviu como manobra diversionária foi a que forças dos EUA realizaram na ilha de Umm Al-Maradim, ocupada por tropas iraquianas. Essa IncAnf foi de Inf, o que reforça a conclusão de que esta natureza de tropa é mais apropriada a tal propósito.

A Operação *Archery* proporcionou, ainda, valiosos ensinamentos aos britânicos e seus aliados, base para as próximas OpAnf. A disseminação do relatório da operação a todos os oficiais em combate dos EUA, em 1942, demonstra a preocupação daquele país em aproveitar as lições, aprendidas pelos britânicos, nas OpAnf realizadas por suas próprias forças.

5 O PRESENTE E O FUTURO DAS INCURSÕES ANFÍBIAS

Nos capítulos anteriores, foi apresentado que um Comandante do TO ou da AOp, na condução de uma campanha ou operação, caso visualize a necessidade de ações de destruição, neutralização, evacuação, captura, resgate, reconhecimento ou despistamento, sobre objetivos em terra em um litoral hostil ou potencialmente hostil, poderá determinar a realização de uma ou mais IncAnf para tal. Tais objetivos em terra poderão ser os próprios objetivos estratégicos ou operacionais, ou então estarem relacionados a necessidades políticas, estratégicas ou operacionais de elevar o moral das próprias forças, inquietar as do inimigo ou apoiar outras operações em andamento. Apresentou-se também uma classificação das IncAnf em dois tipos básicos, de Inf ou de OpEsp.

Este capítulo apresentará algumas considerações quanto à atual conjuntura internacional, consideradas relevantes para o emprego de um GptOpFuzNav na realização de IncAnf, tanto no presente como no futuro. Aliando essas considerações ao levantamento realizado sobre as ocorrências dessa modalidade de OpAnf, a partir da 2ªGM, e ao estudo realizado sobre a Operação *Archery*, serão então apresentadas as possibilidades, atuais e no futuro, da realização de IncAnf, bem como verificadas as condições em que um Comandante de TO ou de AOp poderá fazer melhor uso das IncAnf de Inf.

Como primeiro aspecto relevante, a projeção do poder naval sobre terra apresenta-se cada vez mais provável de ocorrer em áreas urbanas. Em 2008, metade da população mundial vivia nessas áreas e há previsão de que, por volta de 2050, a população urbana será majoritária em todos os continentes e subcontinentes. Em 2010, 44% da população mundial (mais do que o total dessa população em 1950) vivia a menos de 150km da costa (ONU, 2008, 2010). Nos litorais, encontram-se cerca de 80% das capitais nacionais e a grande maioria dos centros de poder político e econômicos. Isso leva a que não se possam mais evitar, nas guerras

do futuro, os conflitos em áreas urbanas, que eram evitados pelo pensamento militar tradicional. Deve-se ressaltar que, nessas áreas, as condicionantes políticas, humanitárias e militares das operações tenderão a variar consideravelmente, durante o desenrolar das mesmas (TILL, 2007).

Também é relevante a preocupação atualmente crescente, no cenário internacional, com a proliferação de armas de destruição em massa, com agentes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR). Devido à acelerada evolução científica, que proporciona cada vez maior facilidade à sua produção e armazenamento, a possibilidade dessas armas serem utilizadas em atos terroristas ou de sabotagem tende a aumentar. Tais armas constituem ainda, cada vez mais, ferramentas de dissuasão na condução de crises e conflitos internacionais. Para apoiar um GptOpFuzNav que seja empregado ante essas ameaças, o CFN dispõe atualmente de um Pelotão de Defesa Química, Biológica e Nuclear, com pessoal e equipamentos especializados, pertencente ao Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais (SILVA *et al.*, 2013).

Nesse contexto, nos EUA, país de maior poder naval na atualidade, os Comandantes do USMC, de Operações Navais (Marinha) e da Guarda Costeira emitiram, em 2010, uma publicação conjunta denominada “Conceito de Operações Navais”. Quanto às IncAnf, tal publicação afirma:

Forças navais receberão crescentemente tarefas ligadas ao contraterrorismo, contraproliferação e contrapirataria. Essas tarefas poderão envolver bombardeios e IncAnf conduzidos com os propósitos de: destruição de terroristas e seus santuários; captura de piratas ou outros criminosos e cerco ao contrabando; resgate de reféns; ou segurança e remoção de material, incluindo armas de destruição em massa (EUA, 2010, p. 64, tradução nossa).

Dadas as considerações acima e o verificado na Operação *Archery*, apresenta-se, primeiramente, um aspecto que reforçaria uma possível necessidade de uma IncAnf, seja de Inf ou de OpEsp, para destruição de instalações, que seria a impossibilidade dessa destruição

por meios aéreos. Naquela operação, as condições meteorológicas eram extremamente adversas (final de dezembro, no hemisfério norte, em região de altas latitudes), gerando até mesmo atraso no dia-D da operação. Além disso, as construções se encontravam em área urbana, em país ocupado (população não-hostil), o que aumentava a possibilidade de danos indesejados, caso se empregasse o meio aéreo. Na atualidade, a possível existência de agentes NBQR seria outro aspecto que poderia inviabilizar ações de meios aéreos sobre as instalações.

Quanto às IncAnf de OpEsp, no segundo capítulo abordamos as características dessas tropas e de seus meios de infiltração na área de operações. Pela sua natureza, podemos concluir que serão a opção prioritária quando a IncAnf se destinar a realizar ações de resgate de reféns ou de captura de pessoal. Para ações de destruição e neutralização, poderão ser empregadas, mas um aspecto a ser considerado deverá ser a capacidade dessas tropas de transportar e preparar, em prazo curto, o material de demolição a ser empregado nessas ações.

No estudo sobre a Operação *Archery*, podem-se verificar alguns aspectos que fizeram com que a IncAnf fosse realizada com tropas de Inf, e que podem ser replicados, tanto na atualidade como no futuro. O primeiro é, como já visto, a possibilidade cada vez maior de realização de combates em área urbana, devido às dificuldades de movimentação que tal situação traz às tropas de OpEsp, para atingirem em sigilo os objetivos onde desencadearão as ações.

Outro aspecto foi o grande número de instalações a serem destruídas, que tornou necessária grande quantidade de explosivos e especialistas em demolição. Quanto a isso, não necessariamente haverá, em futuras ações, grande quantidade de construções, mas a preocupação crescente com a não-proliferação de armas agentes NBQR poderá levar à necessidade de destruição ou neutralização de instalações com esses agentes. Para tal, haverá certamente a necessidade de atuação de pessoal e equipamentos especializados, que no CFN

seriam do Pelotão de Defesa Química, Biológica e Nuclear, o que dificultaria sobremaneira a realização de uma IncAnf de OpEsp para esse fim, pois o pessoal e equipamentos especializados daquele Pelotão dificilmente poderia ser infiltrado da mesma forma que os elementos de OpEsp.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira, promulgada em 2008, preconiza que a negação do uso do mar ao inimigo, o controle de área marítima e a projeção de poder marítimo, tarefas básicas do poder naval brasileiro, deverão ter como foco, entre outros, a defesa pró-ativa das instalações de interesse e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras e a prontidão para responder a ameaças, estatais ou não, às linhas de comércio marítimas (BRASIL, 2008c).

O Almirante-de-Esquadra (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do CFN de 2007 a 2011, publicou artigo em 2010, em que ressalta que, para tanto, forças adversas têm que ser detidas ou dissuadidas além dos limites das águas jurisdicionais brasileiras, devendo o poder naval do país ser capaz de influenciar todo o Atlântico Sul, seus litorais, pontos focais e ilhas oceânicas. Nesta visão, caberia ao CFN ser capaz de, entre outras ações, destruir ou neutralizar bases ou pontos de apoio do inimigo, neutralizar forças inimigas em suas bases, apoiar operações em terra, salvaguardar a vida humana e resgatar pessoal e material de interesse. Preconizou ainda que uma ferramenta indispensável para a credibilidade do poder naval é a existência de uma força que, a partir de bordo, chegue à terra capaz tanto de combater como de prover apoio humanitário. (MONTEIRO, 2010).

Na orla ocidental da África, porção do Atlântico Sul em que o governo brasileiro tem manifestado interesse prioritário quanto à estabilidade e segurança (AMORIM, 2013; BRASIL, 2013c), registraram-se, entre 2009 e 2012, 197 ataques no mar contra navios mercantes no Golfo da Guiné. Além de colocar em risco a segurança do comércio

internacional no entorno estratégico do país, um possível vínculo entre os perpetradores de tais ataques e grupos terroristas regionais africanos aumenta a preocupação do governo brasileiro (AMORIM, 2013; BRASIL, 2013c). Em 2013, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, afirmou que, caso a ameaça terrorista verificada no continente africano, no mesmo ano, particularmente no Mali, atingisse a costa ocidental daquele continente, poderia afetar os interesses brasileiros (FELLET, 2013).

Tais preocupações do governo do Brasil e as orientações quanto ao emprego do poder naval brasileiro, decorrentes da END, consubstanciam a necessidade deste poder manter-se em condições de empregar, rapidamente, GptOpFuzNav em ações antipirataria ou antiterrorista, particularmente no continente africano. Vem em reforço a essa conclusão o fato, já apresentado, de que a maior potência naval da atualidade apresenta orientações similares quanto ao possível emprego de seus meios na realização de IncAnf.

Além da tarefa principal de destruição de instalações, outra das tarefas realizadas pela ForInc da Operação *Archery* foi a ENC. No contexto atual, o crescimento dos interesses brasileiros no exterior vem contribuindo para o aumento da presença de empresas, representações e organizações do Brasil em outros Estados, causando o aumento do número de cidadãos brasileiros em território estrangeiro (BRASIL, 2013b).

No cenário internacional, vê-se que, por exemplo, forças dos EUA realizaram, de 1990 até 2010, 78 operações tidas por aquele país como OpAnf, mas não enquadradas nas quatro modalidades citadas na DBM (por esta publicação, seriam enquadradas como operações em tempo de paz), na grande maioria para evacuação de não-combatentes ou responder a crises envolvendo questões humanitárias (BRASIL, 2004; EUA, 2010).

Em 2006, uma grande OpENC ocorreu no Líbano: em meio ao conflito entre Israel e o grupo guerrilheiro Hezbollah, meios navais e de fuzileiros navais dos EUA e de

outros seis países evacuaram milhares de não-combatentes. Somente os EUA retiraram quinze mil de seus nacionais. Já o Brasil retirou, por meios aéreos (militares e comerciais) 2.950 de seus cidadãos do Líbano, sem ter empregado força naval (GUIMARÃES, 2010; AMORIM, 2013).

A crescente possibilidade de envolvimento de brasileiros e a grande quantidade de evacuados que pode ocorrer nesse tipo de operação, que em tempo de paz é denominada na MB como OpENC, mas, em caso de mudança do ambiente operacional para hostil, poderia passar a ser realizada por meio de uma IncAnf, são aspectos que reforçam a necessidade de se manter o preparo para IncAnf do tipo de Inf, pois somente um grande efetivo de tropa poderia prover a segurança e lidar com as dificuldades logísticas inerentes à evacuação de tal porte.

Verifica-se, portanto, a existência de diversas situações em que se pode concluir pela validade das IncAnf, em apoio ao plano operacional de um Comandante de TO ou de AOp, no contexto de emprego, atual e no futuro, do poder naval brasileiro. Alguns propósitos se prestariam mais às ações de OpEsp, enquanto outros às ações de Inf.

Apesar de ter ocorrido relativo equilíbrio entre os totais de ocorrência dos dois tipos, desde a 2ª GM, conforme visto no terceiro capítulo, as IncAnf de Inf aparecem com maior possibilidade de serem realizadas no contexto atual e futuro, devido a serem mais apropriadas para emprego contra ameaças de agentes NQBR, à urbanização cada vez maior ao redor do mundo, e às similaridades entre as IncAnf com propósito de evacuação e as OpENC, principalmente em ambientes operacionais incertos ou hostis.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, apresentou-se uma classificação das IncAnf conforme a natureza das unidades que nucleiam o CCT da ForInc: de OpEsp ou de Inf. As IncAnf nucleadas por unidades de OpEsp são caracterizadas por ter, além da retirada planejada, outra diferença marcante em relação ao AssAnf: os elementos do CCT finalizam o seu MNT, provenientes dos navios da ForTarAnf, não por meio de desembarques, e sim infiltrando-se em sigilo, progredindo posteriormente também em sigilo até os objetivos, onde desencadeiam suas ações com grande surpresa e poder de fogo sobre o inimigo. Já nas IncAnf nucleadas por unidades de Inf, o CCT finaliza seu MNT por meio de desembarques, e progride no terreno, para realizar suas tarefas, por meio de ações de Inf. Este tipo de IncAnf poderá envolver também ações de OpEsp, realizadas em conjunto com as de Inf.

Na sequência de IncAnf lançadas na Europa ocupada pelos alemães, durante a 2ª GM, incluindo a Operação *Archery*, os britânicos visavam atingir dois objetivos mais amplos: um político (elevar o moral das forças britânicas) e um estratégico (apoiar as operações em outros TO, com o desvio de tropas alemãs). Essa operação foi exemplo de uma OpAnf facilitadora para outras ações, que levaram à vitória na 2ª GM, sendo uma diversão estratégica bem-sucedida, contribuindo para a diminuição da capacidade defensiva alemã nos TO em que o conflito se decidiu. A imediata reação alemã, após essa operação, permite supor que o fato de ter sido uma IncAnf de Inf, com desembarque similar a um AssAnf, contribuiu para o sucesso na diversão. Além disso, Vaagso proporcionou aos aliados ensinamentos que foram a base para a série de OpAnf que viriam a seguir na 2ª GM, tendo havido marcante preocupação dos EUA em aproveitar as lições, aprendidas pelos britânicos, nas OpAnf realizadas por suas próprias forças.

Em Vaagso, a ForInc se valeu de maneiras para possibilitar reduzir a visibilidade

das tropas alemãs sobre a ForInc, como a entrada da ForTarAnf no fiorde antes do ICMN, com apoio do submarino “farol”, e o apoio de bombas de fumaça. Quanto à seleção da Hora-H e da hora de início dos fogos de preparação, e sua relação com o ICMN e o ICMC, foi possível encontrar reflexos na doutrina atual para as OpAnf do CFN. Observou-se, ainda, a necessidade do levantamento detalhado sobre a situação militar do inimigo, a fim de que se possa determinar o efetivo que desembarcará. Este deverá ser o menor possível, considerando a necessidade de retirada posterior, mas permitindo o cumprimento da missão da ForInc.

Após o estudo da Operação *Archery*, verifica-se que a impossibilidade de destruição ou neutralização de instalações por meios aéreos é um fator que pode ser determinante para a necessidade de uma IncAnf, seja de Inf ou de OpEsp, para cumprir tais propósitos. Ressaltaram-se, ainda, alguns aspectos que fizeram com que as ações fossem realizadas com tropas de Inf, e que podem novamente se apresentar, tanto na atualidade como no futuro, na execução de novas IncAnf: a possibilidade cada vez mais maior de realização de combates em área urbana e as características das instalações a serem destruídas. Quanto a estas, além da grande quantidade de instalações e, conseqüentemente, de explosivos e especialistas em demolição necessários em Vaagso, um aspecto não observado, mas que poderá estar presente em próximas IncAnf, é a presença de agentes NBQR, que, devido à necessidade de trabalhos de demolição com elementos especializados, reforçará a necessidade de IncAnf de Inf.

Dadas as atuais preocupações do governo brasileiro quanto a ações de pirataria e terrorismo no continente africano, as orientações decorrentes da END e a constatação de que os EUA, maior potência naval atual, apresentam orientações similares, verifica-se então que uma possibilidade de se empregar GptOpFuzNav, nucleados em Inf, nas situações acima descritas, seria em ações antipirataria, antiterrorista ou contra proliferação de armas de

destruição em massa (com agentes NBQR), particularmente no continente africano.

As IncAnf e as OpENC apresentam, em termos táticos, certa similaridade na execução. Uma operação pode, até mesmo, ter o seu planejamento iniciado como OpENC e, depois, no caso de o litoral passar a ser considerado hostil ou potencialmente hostil, passar a ser tratada como uma IncAnf. A marcante possibilidade de ocorrência, nos dias atuais, de crises que demandem uma ENC, associada à grande quantidade de evacuados, comum a esse tipo de tarefa, é outro aspecto que reforça a necessidade de se manter o preparo para IncAnf do tipo de Inf, pois somente um grande efetivo de tropa poderia prover a segurança e lidar com as dificuldades logísticas inerentes à evacuação de tal porte.

Verificam-se, portanto, diversas situações em que se pode concluir pela validade das IncAnf, em um plano operacional de Comandante de TO ou de AOp. Quanto às de Inf, ressaltam-se, como aspectos que indicariam o seu emprego, em detrimento das de OpEsp:

- seu melhor emprego como despistamento, dadas as similaridades com o AssAnf;
- a necessidade de destruição, neutralização ou captura de instalações ou materiais em grande quantidade ou envolvendo ameaças de agentes NBQR;
- a possibilidade de conflitos em áreas urbanas; e
- as similaridades entre as IncAnf com propósito de evacuação e as OpENC, principalmente em ambientes operacionais incertos ou hostis.

Os aspectos acima, à exceção do primeiro, têm considerável relevância no contexto de emprego, atual e no futuro, do poder naval brasileiro. Desta forma, apesar de ter ocorrido relativo equilíbrio entre os totais de ocorrência dos dois tipos, desde a 2ª GM, as IncAnf de Inf aparecem com maior possibilidade de serem realizadas nesse contexto. Portanto, a doutrina atual do CFN apresenta-se apropriada, ao dar às unidades de Inf a prioridade no nucleamento das ForInc.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. *O planejamento de defesa no governo Dilma Rousseff*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2013. Aula magna ministrada para o Curso Superior de Defesa, em 11 mar. 2013.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN 0-1. Manual de fundamentos de fuzileiros navais*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2013a.

_____. *CGCFN 1-1. Manual de operações anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2008a.

_____. *CGCFN-1201. Manual de fundamentos das operações terrestres de fuzileiros navais*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 1989.

_____. *CGCFN-50. Manual de planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2008b.

_____. Estado-Maior da Armada. *EMA-305. Doutrina básica da Marinha*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2004.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008c.

_____. *MD33-M-08. Manual de operações de evacuação de não-combatentes*. Brasília: Ministério da Defesa, 2013b.

_____. *MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas*. Brasília: Ministério da Defesa, 2007a.

_____. *MD30-M-01. Doutrina de operações conjuntas*. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Combate à pirataria e aos ilícitos marítimos no Golfo da Guiné*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/combate-a-pirataria-e-aos-ilicitos-maritimos-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 1º jul. 2013.

CHENOWETH, H. Avery; NIHART, Brooke. *Semper fi: the definitive illustrated history of the U. S. Marines*. New York: Main Street, 2005.

CORBETT, Julian Stafford. *Some principles of maritime strategy*. London: Longmans, Green and Co, 1911.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. v. 1.

EUA. United States Marine Corps; United States Navy; United States Coast Guard. *Naval Operations Concept*. [Washington]: 2010. Disponível em: <http://www.navy.mil/maritime/display.asp?page=noc.html>. Acesso em: 21 jul. 2013.

EUA. War Department. Military Intelligence Service. British Commandos. *Special Series*. Washington, n. 1, 9 ago. 1942. Disponível em: <http://carl.army.mil/wwII/spec/number01.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

FELLET, João. Pirataria e terrorismo na África podem afetar Brasil, diz Amorim. *BBC Brasil*. Londres, 2013. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130502_amorim_entrevista_pai_jf.shtml. Acesso em: 15 maio 2013.

FORD, Ken. *Operation Archery*. Oxford: Osprey, 2011.

GUIMARÃES, Paulo César C. B. Tinoco. *Evacuação de não-combatentes: Líbano 2006*. Rio de Janeiro: Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, 2010. Palestra ministrada para o Seminário de Operações de Evacuação de Não-Combatentes do Ministério da Defesa, em 26 ago. 2010.

HERNÁNDEZ, Jesús. *Operações secretas da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Madras, 2012.

HOFFMAN, Jon T. *From Makin to Bougainville: Marine Raiders in the Pacific war*. Washington: Marine Corps Historical Center, 1995. Disponível em: http://www.nps.gov/history/history/online_books/npswapa/extContent/usmc/pcn-190-003130-00/sec4.htm. Acesso em: 16 jun. 2013.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. *O Anfíbio*. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Edição extra, 2010. p. 9 a 65.

MURPHY, Edward F. *Semper fi Vietnam: From Da Nang to the DMZ – Marine Corps Campaigns, 1965 – 1975*. New York: Presidio, 2003.

ONU. United Nations Human Settlements Programme. *State of world's cities: 2010/2011*. Malta: Gutenberg, 2008. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2917>. Acesso em: 6 ago. 2013.

ONU. United Nations Atlas of the Oceans. *Human Settlements on the Coast*. Disponível em: <http://www.oceansatlas.org/servlet/CDSServlet?status=ND0xODc3JjY9ZW4mMzM9KiYzNz1rb3M~>. [New York]: 2010. Acesso em: 6 ago. 2013.

PIKE, John E. *Operation Desert Sting*. Alexandria, Virginia: 2011. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/ops/desert-sting.htm>. Acesso em: 14 jul. 2013.

REINO UNIDO. Royal Navy. The Fleet. The Royal Marines. 3 Commando Brigade. *History*. [Londres]: 2013. Disponível em: <http://www.royalnavy.mod.uk/The-Fleet/The-Royal-Marines/3-Commando-Brigade/History>. Acesso em: 22 maio 2013.

ROSKILL, S. W. *The war at sea 1939-1945*. Londres: Her Majesty's Stationary Office, 1956. v. II. Disponível em: <http://www.ibiblio.org/hyperwar/UN/UK/UK-RN-II/UK-RN-II-4.html>. Acesso em: 31 maio 2013.

SHULIMSON, Jack; JOHNSON, Charles M. *U. S. Marines in Vietnam*. Washington: History and Museums Division, Headquarters, U.S. Marine Corps, 1978. Disponível em: <http://ehistory.osu.edu/osu/books/1965/>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SILVA, José Luiz Correa da; CHAIB, Carlos Jorge de Andrade; ROMUALDO, Manoel Luiz Ferreira; GIOSEFFI, José Carlos Silva. O sistema de defesa nuclear, biológica, química e radiológica da Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 133, n. 01/03, p. 96-112, jan/mar 2013.

TILL, Geoffrey. *Poder marítimo: una guía para el siglo XXI*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2007.

YOUNG, Peter. *Comandos*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

ANEXO

Figuras

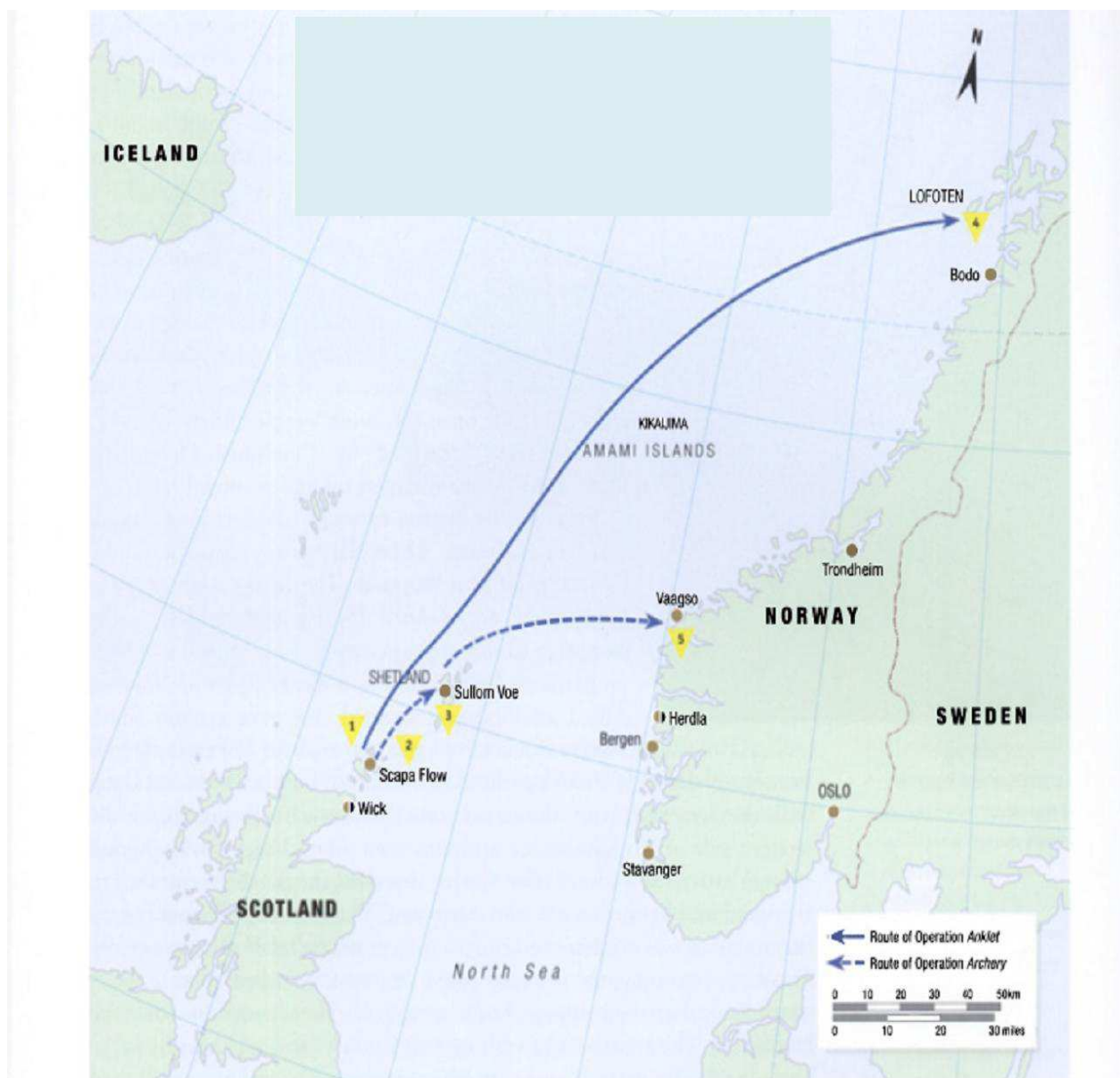


FIGURA 1 – Operações Archery e Anklet

- 1 – 22 de dezembro: meios da Operação *Anklet* deixam Scapa Flow
- 2 – 24 de dezembro: meios da Operação *Archery* deixam Scapa Flow
- 3 – 25 de dezembro: meios da Operação *Archery* são forçados a parar nas ilhas Shetland, devido a danos causados por tormenta
- 4 – 26 de dezembro: Operação *Anklet* é desencadeada nas ilhas Lofoten
- 5 – 27 de dezembro: Operação *Archery* é desencadeada em Vaagso

Fonte: FORD, 2011, p. 13.

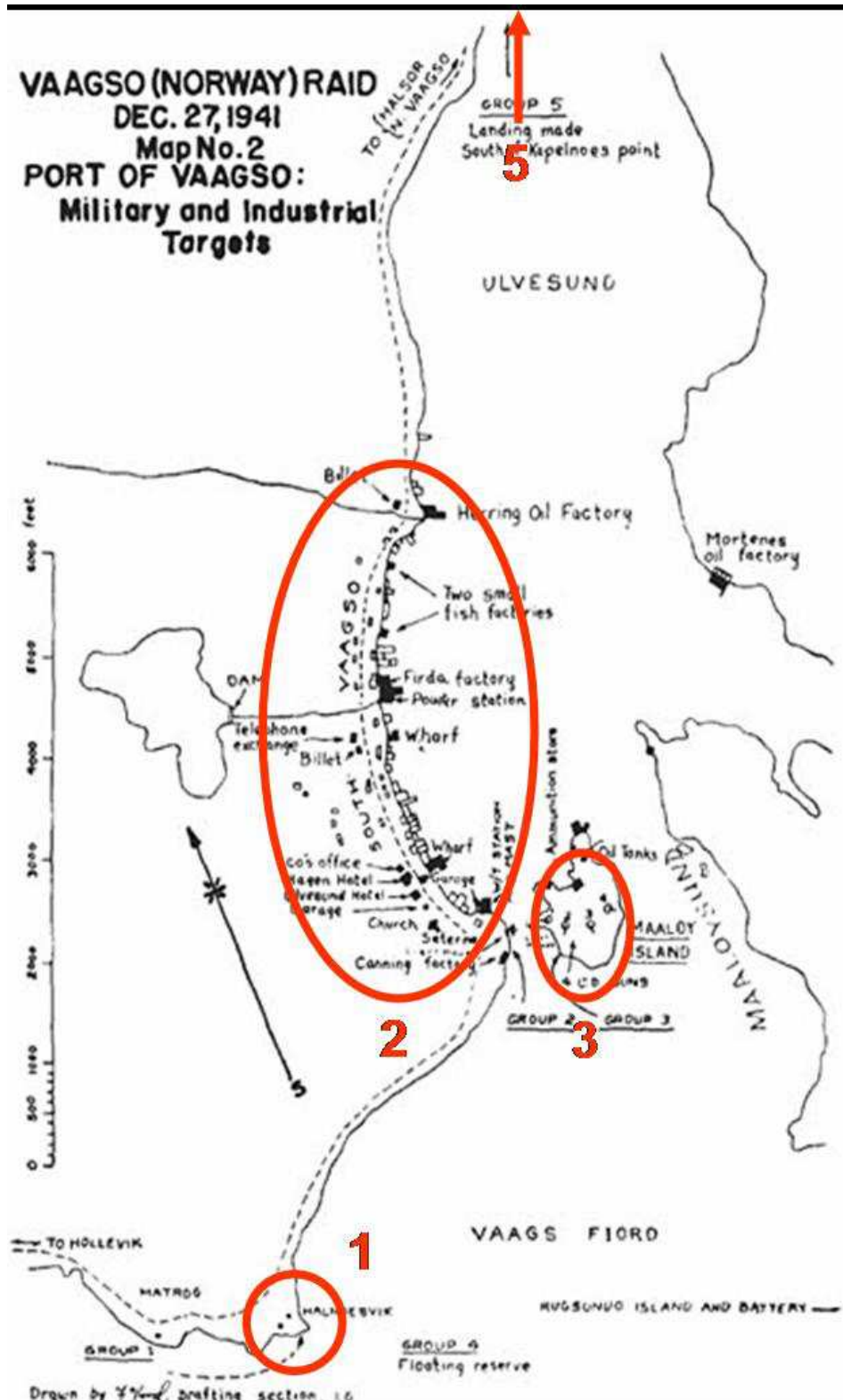


FIGURA 2 – Operação “Archery”

Os números 1, 2, 3 e 5 indicam as regiões de atuação dos Grupos do CCT.
O Grupo 5 atuava ao norte da região apresentada, daí a seta. O Grupo 4
constituía a reserva do CCT.

Fonte: EUA, 1942.